

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 157.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 13 de Outubro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

Às 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Quiróz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Arizone Araújo, Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Luiz Roberto Soares, Paulo Poli, Cândido Martins de Oliveira e Xenofonte Villanueva. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 40 Srs. Deputados.
 Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 71/72, Veto apostado no Projeto de Lei n.º 193/70, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, cria uma Circunscrição de Trânsito, no Município de Mandaguari, com jurisdição nos Municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para o dia 23, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 72/72.
 Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 158.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Outubro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Gilberto Carvalho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antonio Belinati, Antonio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Quiróz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Santos Lima, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (40); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Arizone Araújo, Emílio Carazzai, Cândido Martins de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Paulo Poli, Arthur de Souza e Xenofonte Villanueva. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

Requerimento

— de autoria do Senhor Deputado João Fadel, solicitando Regime de Urgência para a tramitação do Processo n.º 136/72.
 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 126/72.

Requerimento

Senhor Presidente:
 O Deputado que este subscreve, na forma regimentalmente autorizada, propõe a inserção em Ata de um voto de aplausos ao "Novo Jornal", editado na cidade de Londrina, pelo artigo publicado em seu número 54 sob o título "Paraná: aqui se constrói um deserto", em que aborda de maneira inteligente e esclarecedora os malefícios do desmatamento indiscriminado, sem a indispensável contra-prestação representada pelo reflorestamento.

Aprovado este, dê-se ciência do fato à Direção do jornal referido.
 Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972.

a) Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:
 O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer sirva-se Vossa Excelência de dirigir um expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, transmitindo apelo no sentido de que o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários designe, sem mais delongas, a Comissão de Verificação destinada ao reconhecimento oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. Nesse apelo, Senhor Presidente, é importante assinalar que o referido estabelecimento de ensino superior já formou duas turmas de cento e cinquenta e presentemente ministra cursos a cerca de mil duzentos e cinquenta alunos, de modo que a demora do reconhecimento afetará a carreira profissional de inúmeros jovens paranaenses. Por outro lado, sendo Mandaguari um polo regional cuja influência atinge para mais de 500.000 pessoas, sua Faculdade inevitavelmente constitui objetivo de uma considerável população jovem, em termos de profissionalização.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972.

a) Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:
 O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência no sentido de expor e, ao final, requerer o que segue:

- 1) Na cidade de Paranaguá, o Banco Nacional de Habitação financeira, através de seu sistema cerca de 600 casas, distribuídas em proporções equivalentes entre os Jardins Eldorado e Araçá.
- 2) de acordo com o contrato de financiamento firmado, há mais ou menos quatro anos, estavam previstos reajustes anuais das prestações em valor não excedente a 20% de seu total.
- 3) Os valores iniciais das referidas prestações, na forma dos diversos planos eram:

Plano 1	—	37,00
Plano 2	—	52,00
Plano 3	—	71,00
Plano 4	—	82,00

- 4) Para surpresa dos mutuários, gente humilde e sem vivência dos meandros legais, após quatro anos sem que qualquer reajustamento fosse efetuado, procedeu aquela entidade financiadora a duas atualizações consecutivas das prestações: a primeira triplicando os valores das parcelas e a segunda fazendo incidir sobre as mesmas correção monetária.
- 5) O quadro seguinte nos mostra a evolução dos valores de ditas prestações:

	Início há Quatro anos	1.º Reajuste	2.º Reajuste C/Correção Monetária
Plano 1	Cr\$ 37,00	Cr\$ 116,00	Cr\$ 135,00
Plano 2	Cr\$ 52,00	Cr\$ 155,00	Cr\$ 181,00
Plano 3	Cr\$ 71,00	Cr\$ 207,00	Cr\$ 250,00
Plano 4	Cr\$ 82,00	Cr\$ 230,00	Cr\$ 280,00

- 6) O sistema de reajuste acima está, atualmente sendo aplicado por empresa privada, mediante outorga de Poderes pelo B.N.H.
- 7) Na forma do exposto, Senhor Presidente, em se considerando que a quase totalidade dos mutuários em ditos planos de financiamento não possuem recursos para arcar com as prestações reajustadas, e em se considerando ainda que Paranaguá atravessa atualmente época das mais difíceis, enfrentando grave crise financeira, com as suas repercussões normais nas classes menos favorecidas, onde tem aumentado significativamente o número de desempregados, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação, veemente apelo no sentido de que seja examinada com urgência a situação em que se encontram as quase 600 famílias acima mencionadas, procurando, na medida do possível, não só minorar o risco de verem perdidas as residências por que tanto lutaram para obter, como ainda o que já investiram nas mesmas, prestando-lhes os devidos esclarecimentos pelos quais esperam ansiosamente.

8) Requer, outrossim, seja dada ciência do teor do presente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com a solicitação de que some seus esforços no sentido de uma solução satisfatória ao problema de tão grande número de famílias paranaenses.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972.

a) — Nelson Buffara.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 185-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — A Escola terá, além de um Ginásio Técnico Industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada no Município de São José dos Pinhais.

Art. 3.º — O Curso Ginasial Técnico terá a duração letiva de quatro (4) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICAÇÃO:

Hoje, em nosso País, existem, percentualmente, menos técnicos especializados do que profissionais liberais. Vive o nosso ensino, atualmente, uma falta de diretrizes gerais orientadoras, destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento do pessoal.

É fato consumado que a mão-de-obra especializada se constitui em importantíssimo elemento na política nacional de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

As necessidades destas escolas são enormes e o que já se fez, como o que se faz é insuficiente. É preciso mais, muito mais. O projeto presente visa ampliar sua necessidade, proporcionando a matrícula de jovens, que desejam, se beneficiar com o aprendizado técnico, preenchendo, desta maneira os espaços ausentes reclamados pelo Paraná e pelo País.

A construção de Escolas Técnicas no Município de São José dos Pinhais, virá de encontro aos interesses de seus moradores, que de há muito ressentem-se deste equipamento.

Projeto de Lei n. 186-72
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti com sede na cidade de Mandaguari.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1972.

(aa) Jorge Sato e Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA

A escola que se pretende estadualizar, funcionou em convênio com o Estado até março do corrente ano, e para renovação ao convênio há necessidade de estadualização do estabelecimento.

Existem atualmente 34 professoras, 1 diretora, 7 zeladoras e 700 alunos, que estão, na dependência da estadualização da escola, para a mesma não entrar em decadência, que ocasionará a curto prazo um colapso no ensino de elevado número de alunos.

Estamos certos que nosso Plano de Lei, receberá o apoio e a aprovação de nossos pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não bastassem as geadas que atingiram os cafeeiros e outras lavouras, várias regiões de nosso Estado, como é do conhecimento desta Casa, foram recentemente assolados por temporais que provocaram em diversas sedes municipais, desabamentos de prédios, falta de água e luz, interrupções das comunicações, estradas intransitáveis, erosão e lavouras totalmente perdidas ou em grande parte prejudicadas.

Entendemos, entretanto, merecer registrarmos nesta oportunidade, que o Governo Estadual determinou as providências cabíveis visando minorar as dificuldades e S. Exa. o Sr. Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, tão logo regressou de sua viagem a Brasília, ultimou medidas dentro das possibilidades do Estado, para atendimento da região Nordeste paranaense, mais recentemente atingida.

Assim, mobilizaram-se o DER, através dos Distritos Rodoviários; a Copel, para restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, para os reparos mais urgentes dos prédios públicos e as Secretarias do Trabalho e Assistência Social e da Saúde, fornecendo antibióticos, soros, medicamentos para curativos e leite em pó.

E ainda há a ressaltar que o Sr. Governador do Estado está recebendo as informações de todos os órgãos para o devido equacionamento dos problemas que surgirem.

Eram esses, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os registros que desejávamos fazer neste Pequeno Expediente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho certeza ser do conhecimento de todos os paranaenses que assola no litoral do nosso Estado, uma das maiores crises de toda a sua história. Em Paranaguá, cidade que represento nesta Casa de Leis, ocorre um fenômeno dos mais interessantes, que nos chamou a atenção e para tanto assumamos a Tribuna, para reivindicar, o que entendemos ser da mais alta justiça, para o povo daquela cidade: — 600 famílias. Srs. Deputados, gente humilde de Paranaguá, que residem em casas do BNH, em dois jardins, denominados El Dourado e Araçá, estão ameaçadas de perderem suas residências, suas casas, em função de um aumento que tem se verificado nas prestações estipuladas no contrato inicial; prestações que foram duplicadas e triplicadas, como posso provar através do expediente que eu vou endereçar às autoridades competentes, se assim for aprovado pelos Deputados a fim de que se instaure um inquérito ou sindicância, com o propósito de evitar que se consumem estas ameaças que põem em pânico 600 famílias da cidade de Paranaguá.

O Expediente está assim redigido: Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o qual chamo a atenção de VV. Exas. e que se as providências que solicitamos não forem tomadas, tenho a impressão que haverá um estado de pânico dos mais sérios em Paranaguá, o que traria consequências catastróficas para essas famílias. (lendo):

“O Deputado que estes subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência no sentido de expor e, ao final, requerer o que segue:

1) Na cidade de Paranaguá, o Banco Nacional de Habitação financiou, através de seu sistema, cerca de 600 casas, distribuídas em proporções equivalentes entre os Jardins El Dorado e Araçá.

2) De acordo com o contrato de financiamento firmado há mais ou menos quatro anos, estavam previstos reajustes anuais das prestações em valor não excedente a 20% de seu total.

3) Os valores iniciais das referidas prestações, na forma dos diversos planos, eram:

Plano 1 — 37,00

Plano 2 — 52,00

Plano 3 — 71,00

Plano 4 — 82,00

4) Para surpresa dos mutuários, gente humilde e sem vivência dos meandros legais, após quatro anos sem que qualquer reajustamento fosse efetuado, procedeu aquela entidade — entidade federal que nunca esteve tão bem como hoje e que tem obrigação de olhar pela gente humilde do Brasil — procedeu aquela entidade financeira a duas atualizações consecutivas das presta-

ções: a primeira triplicando os valores das parcelas e a segunda fazendo incidir sobre as mesmas correção monetária.

5) O quadro seguinte nos mostra a evolução dos valores de ditas prestações.

Plano 1, de 37,00 foi para 116,00 e com correção monetária para 135,00.

Plano 2, de 52,00 para 155,00 e com correção monetária para 181,00”.

Nobre Líder da ARENA, gostaríamos que somasse seus esforços e os da Bancada arenista para que fosse encaminhada cópia do Expediente ao Governador do Estado, a fim de que possamos fazer alguma coisa. Só com o meu trabalho talvez não se consiga obter os resultados desejados. Tenho certeza de que V. Exa., com o seu profundo senso de humanismo, há de se sensibilizar por este drama e nos auxiliará nesta empreitada.

“O Plano 3, de 71,00 para 207,00 e com a correção monetária para 250,00. O Plano 4, de 82,00 para 230,00 e com correção monetária para 280,00.

6) O sistema de reajuste acima está atualmente sendo aplicado por empresa privada, mediante outorga de Poderes pe B.N.H.

7) Na forma do exposto, Senhor Presidente, e em se considerando que a quase totalidade dos mutuários em ditos planos de financiamento não possuem recursos para arcar com as prestações reajustadas, e em se considerando ainda que Paranaguá atravessa época das mais difíceis, enfrentando grave crise financeira, com as suas repercussões normais nas classes menos favorecidas, onde tem aumentado significativamente o número de desempregados, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Nacional de Habitação, veemente apelo no sentido de que seja examinada com urgência a situação em que se encontram as quase 600 famílias acima mencionadas, procurando, na medida do possível, não só minorar o risco de verem perdidas as residências por que tanto lutaram para obter, como ainda o que já investiram nas mesmas, presando-lhes os devidos esclarecimentos pelos quais esperam ansiosamente.

8) Requer, outrossim, seja dada ciência do teor do presente ao Exce- lentíssimo Senhor Governador do Estado, com a solicitação de que some seus esforços no sentido de uma solução satisfatória ao problema de tão grande número de famílias paranaenses”.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o problema que V. Exa. aborda nesta manhã de sua Tribuna, tem preocupado muita gente nesta terra, porque na verdade o que se observa é que o Governo que dirige os destinos desta Nação, transformou-se numa empresa capitalista, revestida daquelas características mais negativas que às vezes constitui o objetivo dessas empresas, qual seja, a exploração popular.

E o BNH vem demonstrar isso, mas o que não entendo é como o Governo que julga necessário aplicar a correção monetária e rever prestações com os índices que V. Exa. acaba de referir de sua Tribuna, também não aplique esses índices e mesmas taxas aos salários, o que seria lógico e sensato. Se o dinheiro do Governo, para continuar mantendo o seu valor tem que ter revisão de taxas, como V. Exa. menciona, também o dinheiro que o povo assalariado e o próprio funcionalismo público recebe deveria ser revisto na mesma proporção. O Governo adota, dois pesos e duas medidas, uma taxa para rever o dinheiro que empresta, outra, menor, para rever o que paga ao povo a título de vencimento ou o próprio salário que as empresas privadas pagam, cuja revisão está baseada no teto estipulado pelo Governo. Na verdade, o que se precisa nesta terra, em termos de BNH, é que se organize um movimento de reivindicação popular, através das Casas Legislativas dos Estados, Municípios e até mesmo do Congresso Federal. O problema vai crescendo de vulto e, inclusive, na esfera federal reivindicações já foram atendidas, minorando um pouco a exploração daqueles que se valem dos empréstimos do BNH para adquirir sua casa própria.

Já se diz por aí que esse empréstimo — desculpem a ironia — é um verdadeiro casamento, a pessoa só se liberta dele após a morte, porque não existe condição para o assalariado contrair um empréstimo desses e saldá-lo nas condições contratuais.

Cumprimento V. Exa., porque de fato já estava faltando uma voz neste Legislativo, que se pronunciasse a respeito desse assunto, que coloca o Governo na condição de comerciante, de explorador do povo, usando para cobrar, das facilidades que possui que são, bem o sabemos, as mais fortes que o Governo brasileiro possui. Meus cumprimentos a V. Exa. e minha solidariedade àqueles que, em Paranaguá, estão sendo explorados pelo BNH, a exemplo do que vem ocorrendo no Brasil inteiro.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte do Líder da minha Bancada. Entendo que a função do BNH é profundamente humana, no entanto, com esse demonstrativo que trago não se observa isso, lamentavelmente. Estou preocupado com as perspectivas que são as mais sombrias, não só para Paranaguá, mas para vários municípios que são atendidos pelo BNH e que sofrem o mesmo problema. Não só em Paranaguá ocorre essa falta de sensibilidade do Governo Federal pelo povo brasileiro.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento). Gostaria ainda de esclarecer o sentido de empresa que tem o BNH, uma empresa revestida, conforme já tive oportunidade de dizer, da faculdade de cobrança, alicerçada nos poderes do Governo Federal. Hoje, o BNH é talvez a empresa mais poderosa deste País. Está financiando, por exemplo, obras de infra-estrutura nos Estados e Municípios. Através da SANEPAR, no Paraná, por exemplo, a fim de construir a rede de esgoto, solução para o problema de abastecimento de água e aplica as mesmas taxas e correção monetária nos empréstimos que faz aos órgãos do Estado para realização desse serviço.

Nós também já caímos nas malhas do BNH no Paraná, porque terminariam com a SANEPAR, se não me engano, e criariam um novo Departamento, a fim de poder adaptar-se às exigências do BNH para contrair esses empréstimos. Isso já está se refletindo no aumento da taxa de água e esgoto. Nós todos estamos caminhando para cairmos nas malhas do BNH. Na verdade, o Governo pretende ter uma população escravizada, presa a ele, através do BNH e a conclusão a que estamos chegando, é que aquilo que nós criticávamos, que era o retorno ao feudalismo, ainda existente em várias propriedades rurais do Nordeste e em outras regiões do nosso País. Hoje o próprio Governo se encarrega de proceder assim, de prender aqueles que recorrem aos empréstimos do B. N. H., o que é um feudalismo governamental, se uso a expressão correta. Na verdade, todos estamos ficando presos às garras do BNH.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, que tanto veio enriquecer a nossa modesta oração, e, com os argumentos irrefutáveis que V. Exa. apresentou, temos certeza que o nosso pronunciamento terá mais significado, mais valor e brilhante forma.

Possão assegurar a V. Exa., nobre Deputado, que, quando o BNH planifica a construção de 100.000 casas — sei lá quantas — que serão construídas em determinado lugar, existe um inusitado interesse do povo em comprar essas casas, o que é uma ilusão pois com a mão direita ele dá e com a esquerda procede a sangria nos seus minguados vencimentos!

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nelson Buffara, nós já estamos acostumados a ver V. Exa. ocupar esta Tribuna, em defesa dos mais humildes, dos necessitados, e, hoje, mais uma vez, V. Exa. traz ao nosso conhecimento assunto dos mais importantes, que vem afligindo centenas, milhares de pessoas aqui no Estado. Saiba V. Exa. que tem o nosso integral apoio e o da nossa Bancada; gostaria porém que V. Exa. inclusive nesse apelo ao Presidente do BNH e ao Ministro do Interior, também o nome de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado que, sensível como é, irá se incorporar a nós nesta luta, a fim de chegarmos a uma conclusão e a um resultado que venha beneficiar a esta gente necessitada, que vem enfrentando problemas os mais diversos, os mais sérios com relação à obrigação de saldar os compromissos assumidos com o BNH.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade deste aparte, e gostaria de dizer ainda que nossa Bancada está plenamente de acordo com o pronunciamento de V. Exa. e que a V. Exa. hipotecamos toda a nossa solidariedade e iremos, juntos, para esta luta, para suavizarmos um pouco o sofrimento de milhares de companheiros nossos e irmãos, aqui do nosso Estado.

Eu ainda aproveitaria com a permissão de V. Exa. que tão brilhantemente ocupa esta Tribuna neste instante, para mencionar e trazer ao conhecimento da Casa, a presença de grandes amigos do Paraná Sra. Ivonete Bogado e Professor Calixto Medeiros, Vice-Presidente e Presidente respectivamente, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que tantos e tão grandes serviços têm prestado ao nosso Estado.

Congratulo-me com os ilustres visitantes esperando que sejam portadores de boas notícias ao Poder Legislativo do Paraná.

Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. NELSON BUFFARA — Desejo apresentar os nossos cumprimentos aos ilustres visitantes, com a permissão do Líder de nossa Bancada, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, dar-lhes as boas-vindas e dizer-lhes do prazer que sentimos, em recebê-los.

Nobre Deputado João Mansur, Deputado de estirpe, tínhamos certeza que V. Exa. immanar-se-ia conosco. Apenas desejo fazer um esclarecimento, e para tanto procederei a leitura, novamente, no nosso Requerimento. (Lê o Requerimento). Conforme ouviu V. Exa., o nome de Sua Excelência, o Sr. Governador Parigot de Souza, não foi omitido, pois sabíamos que o Sr. Governador poderia colaborar conosco.

O SR. LÁZARO DUMONT — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiramente desejo cumprimentar V. Exa. pela oportunidade do assunto, e, com a sua permissão desejaria dar aqui, o nosso apoio às suas palavras e acrescentar ainda o nosso pensamento com respeito ao assunto BNH.

Sem dúvida, o BNH hoje é uma das maiores indústrias que temos em nosso País, pois além dos relevantes serviços sociais que ele poderia prestar à população brasileira na construção da tão sonhada casa própria, ainda é um dos pontos industriais que dão condições de trazer para si, a responsabilidade de acolher grandes e milhares de pessoas de mão de obra desqualificada, nas construções, como serventes de pedreiros, carpinteiros, serventes de serventes, tanta mão de obra que o BNH aproveita, especialmente pessoas que vêm inclusive das zonas rurais, para as cidades. Mas lamentavelmente, V. Exa. tem toda a razão, quando diz que o sistema de juros e correção monetária do BNH, realmente, afeta não só à classe menos favorecida que faz a sua casinha com grande sacrifício, como aqueles que, muitas vezes, com o salário mais elevado, constroem residências grandiosas. E não vamos nos alongar. Mas para mim, seria a maior obra que a revolução teria construído no Brasil, se suprimisse a correção monetária do BNH.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de V. Exa.. V. Exa. disse no final do seu aparte que a revolução se realizaria se o problema fosse resolvido. Eu tenho impressão que o Governo Federal tem assim amplo poder econômico, está em plena condição de atender à sua idéia, a sua solicitação, se não o faz é porque não quer.

Se o Governo revolucionário, que intitula-se um Governo do Povo, que quer ir de encontro com às aspirações populares, porque não o faz em tão boa hora, em que as classes desfavorecidas atravessam uma das suas maiores crises da história brasileira em todo o País. O pobre fica cada vez mais pobre, os vencimentos elevados apenas em 20% não são suficientes à manutenção da sua família. Eles vivem mal. E nós como legisladores, se não dermos condições a este povo que permanece no seu sonho dourado, será o fim da luta. V. Exa., como Líder de classe, tem muito bem defendido o problema. Agradeço os apartes, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário, do Professor Calixto de Medeiros, representante da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade do Paraná.

Também registra com satisfação a presença da Sra. Yvonne Bugado Murray, Vice-Presidente da CNEC, e da Sra. Márcia Cordeiro de Paula, membro da Escola da Comunidade do Paraná, que representará o nosso Estado no concurso em Brasília a realizar-se no Clube das Forças Armadas n. Distrito Federal, dia 18 de novembro próximo.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

Ausente o Sr. Deputado Maurício Fruet, e não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 254-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria uma escola Comercial, em Cidade Gaúcha. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 290-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria a Escola Normal de Itamaracá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com Substitutivo. Aprovado com substitutivo.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 119-72, de autoria do Dep. João Mansur, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Coronel Rodolpho Gustavo da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior — 5a. Região Militar. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 91-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, cria uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de São João do Caiuá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Com Substitutivo. — Aprovado artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 33-72, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telmaco Borba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 18-71, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Em Regime de Urgência. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 18/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Educação no Estado do Paraná, observados os princípios constitucionais e as diretrizes e bases da educação nacional rege-se por esta Lei e pela legislação complementar.

Art. 2.º — Ao Governo do Estado compete definir, modificar e executar a política educacional do Estado.

§ 1.º — O Conselho Estadual de Educação, cujos os órgãos competentes da Secretaria da Educação e Cultura ou aqueles a ela vinculados, expedirá normas para execução da política educacional.

§ 2.º — A Secretaria da Educação e Cultura, por seus órgãos subordinados ou vinculados, é responsável pela execução da política educacional do Estado.

Art. 3.º — A Educação no Estado do Paraná, inspirada nos princípios de liberdade, de solidariedade humana, democráticos e cristãos, tem por fim:

- a) — a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
 - b) — o respeito às liberdades fundamentais do homem;
 - c) — o fortalecimento da unidade estadual, da unidade nacional e da solidariedade internacional;
 - d) — o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
 - e) — o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
 - f) — a preservação e expansão do patrimônio cultural;
 - g) — assegurar a igualdade de tratamento, independentemente de convicção filosófica, política ou religiosa, e impedir a criação de quaisquer preconceitos de classe ou raça;
 - h) — a humanização de todos os setores da vida social, respeitando-se a dignidade pessoal do homem, como valor fundamental da ordem econômica, social e política;
 - i) — o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habilitá-los a participar efetivamente de seu patrimônio social e econômico;
 - j) — a adaptação entre os tipos de ensino propiciados pelas escolas e as necessidades do desenvolvimento regional e nacional;
 - k) — a pesquisa de vocação, o desenvolvimento de aptidões e a oportunidade de orientação profissional, tendo em vista a perfeita e harmônica integração do educando na comunidade de trabalho.
- Art. 4.º — Para serem atingidos os seus fins, a educação, no Estado do Paraná, estará firmada nos seguintes fundamentos:
- a) — numa concepção do ser humano que considere os homens, seres racionais, sociais e livres, com uma vocação a um destino que transcenda o mero processo histórico no qual estão inseridos, sendo a razão e o fim de todas as instituições, iguais e sujeitos de direitos naturais que definem a área própria do seu direito à vida, à liberdade pessoal, ao uso dos bens materiais, ao trabalho, à associação, à participação na vida social e política;
 - b) — na idéia do bem comum, entendido como o conjunto de condições e meios concretos necessários às comunidades para que possam viver e oferecer a todos os seus membros a possibilidade de se realizarem material e espiritualmente;
 - c) — num conceito de liberdade, pelo qual liberdade é, simultaneamente, a capacidade de cada um fazer o que deseja, dentro dos limites da área específica de seus direitos naturais, sem praticar nem sofrer coerção no plano espiritual, social, político ou econômico, subordinada ao bem comum;
 - d) — na realidade e importância das comunidades humanas, em que os homens, por condições de sua natureza e exigências de sua vida acham-se dispostos em comunidades naturais, de diversos níveis como o familiar, o de trabalho, o religioso, da vizinhança, do município, da região, do Estado, da nação e do mundo, nas quais exercitam as suas características de pessoas humanas, e, através das quais, devem, solidários, realizar seu destino pessoal;
 - e) — num conceito sobre a instituição familiar, pelo qual a família é uma comunidade e instituição primordial, anterior e superior à sociedade civil, que tem por finalidade a procriação, a educação da prole e a ajuda mútua entre todos os seus membros;
 - f) — numa concepção sobre propriedade, que reconhece, como direito fundamental da pessoa humana, o direito ao uso dos bens materiais e que a propriedade desses bens é condicionada à sua função social;
 - g) — num conceito sobre o trabalho humano, entendido como expressão da pessoa humana, como força criadora e transformadora das riquezas e como valor primordial de toda a economia, necessário à manutenção, ao desenvolvimento e à realização pessoal de cada homem, e à manutenção da vida social e comunitária, especialmente a familiar;
 - h) — na idéia de justiça social, entendida como o dever de cada cidadão de concorrer para o bem comum da sociedade e desta receber o que lhe é necessário para o desenvolvimento de sua personalidade e o cumprimento de suas funções sociais;

i) — numa concepção de Estado, entendido como a própria sociedade politicamente organizada, tendo por objetivo a garantia comum e o incremento do progresso, da unidade e da paz.

Art. 5.º — Os serviços de educação e cultura destinam-se a oferecer a todos, oportunidades iguais para o desenvolvimento da personalidade, a fim de habilitá-los à plena participação nos direitos e deveres da sociedade e nos benefícios da civilização.

Art. 6.º — Em permanente articulação com a família, no propósito de tornar efetiva a responsabilidade dos pais na educação dos filhos, a escola terá sempre em vista uma perfeita integração social dos alunos.

Art. 7.º — A educação é direito e dever de cada indivíduo e a todos será assegurada, na medida da respectiva capacidade, igual oportunidade de recebê-la.

Art. 8.º — O direito à educação é assegurado:

I — pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da Lei em vigor;

II — pela obrigação dos municípios, solidária e harmonicamente com o Estado, para difusão do ensino fundamental;

III — pelo dever, imposto às empresas industriais, comerciais e agrícolas, de proporcionar escolaridade obrigatória completa e gratuita aos seus empregados e filhos destes, segundo as leis que regem a matéria;

IV — pela gratuidade do ensino oficial no nível fundamental;

V — pela obrigação dos proprietários rurais que não mantiverem escolas de ensino fundamental para crianças residentes em suas glebas, de lhes facilitar a frequência às escolas ou propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas;

VI — pelo dever, imposto às empresas comerciais e industriais, de prover, em cooperação, a formação da respectiva mão de obra nos termos da legislação federal específica;

VII — pela concessão de auxílios e subvenções a estabelecimentos de ensino mantidos pelos municípios ou particulares que admitam alunos gratuitos, ou financiamento a essas escolas para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos.

Art. 9.º — O Poder Público promoverá e estimulará a assistência social escolar ao estudante carente de recursos.

Art. 10 — O conjunto de normas que disciplinam, em seus vários aspectos o processo educativo desenvolvido no Paraná, constitui o sistema estadual de educação.

Art. 11 — A rede de escolas estaduais, municipais e particulares, existentes no Estado do Paraná, vincula-se ao sistema estadual de educação, ressalvadas as exceções que as diretrizes e bases da educação nacional, fixadas por lei, reservarem à competência federal.

Art. 12 — O sistema estadual de ensino permitirá variedade de cursos e flexibilidade dos currículos, favorecendo o desenvolvimento contínuo e terminal do processo educativo, em relação a cada nível ou etapa.

Art. 13 — O sistema estadual proverá o estímulo, a experiência pedagógica que tenham em vista aperfeiçoar o processo educativo, inclusive pela organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios.

Art. 14 — O Poder Público promoverá e amparará a difusão de cursos de alfabetização funcional, de educação continuada e de revisão da formação profissional, inclusive aqueles em que sejam utilizados os meios de ampla divulgação, como o rádio e a televisão, de utilidade pública.

Art. 15 — Autorizado está o Poder Executivo a criar fundações educacionais para todos os níveis e ramos de ensino, sempre que julgar necessário, em cooperação ou não, com os municípios ou entidades particulares.

Parágrafo Único — O pessoal que nelas servir, ficará sujeito, exclusivamente, às leis trabalhistas, recebendo pelas dotações que a Fundação houver do Estado, níveis salariais idênticos ao do Quadro do Funcionalismo.

Art. 16 — A educação no Estado será promovida segundo planejamento continuado, que se integra no do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo Único — Para o fim do disposto neste artigo, os órgãos do Poder Público Estadual, responsáveis pela Educação, se articularão com os demais que atuem no processo do planejamento.

Art. 17 — O Estado aplicará anualmente, nunca menos de 20% da renda dos impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1.º — O Estado poderá efetuar convênios com municípios, visando a aplicação de recursos para os fins a que se refere este artigo.

§ 2.º — Os Municípios só poderão obter auxílios ou empréstimos do Estado enquanto destinarem, em seus orçamentos, pelo menos 20% (vinte por cento) da renda resultante dos impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, em harmonia com os planos estaduais e mediante prova de sua efetiva aplicação.

Art. 18 — Caso a arrecadação estadual de impostos, em exercício, supere o quíntuplo da despesa realizada para os fins a que se refere o artigo anterior, 20% do excesso será acrescido, no exercício seguinte, aos recursos destinados à educação.

Art. 19 — O emprego dos recursos públicos, destinados à educação, quer sejam consignados no orçamento do Estado, quer sejam provenientes de contribuição da União, de convênios com os municípios, ou de outra fonte, far-se-á de acordo com o plano de aplicação que atenda às diretrizes do Plano Estadual de Educação.

Art. 20 — Os recursos a que se refere o artigo 169, da Constituição Federal, serão aplicados, de acordo com o disposto no artigo 93, da Lei Federal n.º 4.024, de 1961, preferencialmente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação, de sorte que se assegurem:

I — o acesso à escola do maior número possível de educandos;

II — a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação;

III — o desenvolvimento de ensino técnico, científico e do ensino normal;

IV — o desenvolvimento das ciências, letras e artes.

§ 1.º — São consideradas despesas com o ensino:

a) — as de manutenção e expansão do ensino;

b) — as de concessão de bolsas de estudos;

c) — as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa e realização de congressos e conferências;

d) — as de administração estadual.

§ 2.º — Não são consideradas despesas com o ensino:

a) — as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;

b) — os auxílios e subvenções para fins de assistência.

Art. 21 — O Estado proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob suas modalidades:

a) — bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;

b) — financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca superior a quinze (15) anos.

§ 1.º — Os recursos a serem concedidos, sob a forma de bolsa de estudos, poderão ser aplicados em estabelecimentos reconhecidos, escolhido pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º — O Conselho Estadual de Educação, tendo em vista os quantitativos das bolsas de estudos e financiamento, atribuídos ao Estado pelo Conselho Federal de Educação e os recursos estaduais para o mesmo fim:

a) — fixará o número e os valores das bolsas, de acordo com o custo médio do ensino nos municípios e com o grau de escassez de ensino oficial em relação à população em idade escolar;

b) — organizará as provas de capacidade a serem prestadas pelos candidatos, sob a condição de autenticidade e imparcialidade que assegurem oportunidades iguais para todos;

c) — estabelecerá as condições de renovação anual das bolsas, de acordo com o aproveitamento escolar demonstrado pelos bolsistas.

§ 3.º — Nos termos do artigo 94, § 4.º, da Lei Federal n.º 4024, de 1961, somente serão concedidas bolsas de estudo a alunos de curso primário quando, por falta de vagas, não puderem ser matriculadas em estabelecimentos oficiais.

§ 4.º — Não se inclui nas bolsas de que trata o presente artigo, o auxílio que o Estado conceder a educandos sob a forma de alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica ou dentária.

Art. 22 — O Estado dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

a) — subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;

b) — assistência técnica mediante convênio, visando o aperfeiçoamento do magistério, a pesquisa pedagógica e a promoção de congressos e seminários;

c) — financiamento a estabelecimentos particulares ou mantidos pelos municípios, para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamento.

Parágrafo Único — Além de outras que venham a ser fixadas pelo Conselho Estadual de Educação, serão adotadas como condições para a concessão pelo Estado, de financiamentos a qualquer estabelecimento de ensino, as mesmas que constam dos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do artigo 95, da Lei Federal n.º 4.024, de 1961.

Art. 23 — O Poder Público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições educacionais de qualquer espécie, grau ou nível, sem finalidade lucrativas e cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico.

Art. 24 — As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos, serão estimuladas a organizar e manter creches, escolas maternais e outras instituições de educação pré-primária.

Art. 25 — A educação pré-primária, realizada em cooperação com a família e instituições especializadas, objetiva dar aos menores, entre 3, 5 ou 6 anos, com vistas à formação de sua personalidade, condições necessárias ao desenvolvimento de sua capacidade sensorio-motriz e, ao mesmo tempo, inícios na vida moral, social e intelectual.

Art. 26 — Ensino Fundamental — corresponde ao ensino básico para as crianças e adolescentes de 6/7 a 14 anos, objetivando atender às suas características biopsico-sociais, desenvolver criatividade, capacidade de expressão, comunicação e de escolha crítica, ao mesmo tempo que dar condições para a exploração vocacional e conhecimento do mundo físico, cultural e social.

Art. 27 — O Ensino Fundamental será ministrado em 9 anos, em etapas contínuas, em caráter universal e obrigatório.

Art. 28 — Ensino Colegial — corresponde à continuidade do Ensino Fundamental, compreendendo uma etapa básica e comum de 2 anos a todos os ramos e outra etapa profissionalizante de 1 a 2 anos, de caráter terminal ou de preparação ao ensino superior. A etapa final visará criar condições para a assimilação dinâmica de conhecimento e habilidades básicas necessárias ao treinamento profissional.

Parágrafo Único — Os Estabelecimentos de Ensino Colegial poderão oferecer os dois primeiros anos de formação básica em unidades comuns atribuindo a fase terminal a unidades especializadas em uma ou mais áreas do ensino técnico-científico.

Art. 29 — A criação de novas unidades de ensino normal obedecerá a critérios racionais de distribuição da rede, em função das necessidades de formação de professores para o ensino fundamental e de condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento dos programas dos colégios normais.

Art. 30 — O Ensino Superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 31 — O Ensino Superior Estadual, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados ou não em Federações de escolas superiores, nos termos da Lei Federal.

Parágrafo Único — O regime jurídico em todas essas instituições será sempre o de fundação de direito público.

Art. 32 — As Universidades Estaduais atenderão prioritariamente às necessidades do sistema de ensino público, mormente à demanda de professores especialistas em educação.

Art. 33 — Só será permitida a instalação de novo estabelecimento de ensino superior, quando a rede existente não satisfizer as exigências, inclusive qualitativas, do desenvolvimento cultural e material do Estado.

§ 1.º — A instalação de qualquer curso só em caso excepcional importará a criação de novo estabelecimento, devendo, de preferência, processar-se nas universidades e nos institutos isolados já em funcionamento.

§ 2.º — Na criação de novos cursos ou estabelecimentos serão atendidos, de preferência, as áreas de conhecimento tidas como prioritárias, porque mais de perto vinculadas ao desenvolvimento nacional.

§ 3.º — O Conselho Estadual incluirá, entre as condições para funcionamento de instituição de ensino superior, mantida pelo Estado ou por municípios, ou por eles subvencionada, o prédio e satisfatório atendimento na localidade de ensino de graus primário e médio.

Art. 34 — Os cargos e empregos de docência serão estruturados em séries de classes e seu provimento inicial dependerá de concurso de títulos e provas.

Parágrafo Único — No caso de ensino médio e superior, também haverá concurso para o provimento de cargo na última série de classes do respectivo grupo ocupacional.

Art. 35 — Educação de Adolescentes e Adultos — O Estado e os Municípios, em colaboração com as organizações comunitárias, promoverá a reintegração dos adolescentes e adultos nas atividades educativas, através de pro-

cessos acelerados de ensino e de formação profissional, adotando métodos próprios e adequados às características de aprendizagem.

Art. 36 — Educação de Excepcionais — será ministrada em instituições e estabelecimentos especializados, assim como nas classes regulares ou classes especiais dentro dos próprios estabelecimentos de ensino comum, objetivando a integração do excepcional na sociedade.

Art. 37 — O sistema estadual procurará integrar-se com as entidades federais ou privadas de formação profissional, promovendo ou criando e mantendo Escolas Técnicas, Centros de Treinamento e Institutos Politécnicos, segundo projetos ou planos de formação de recursos humanos a nível nacional e regional. A localização das unidades, neste setor, deverá obedecer a estritos critérios socio-econômicos, de modo a proporcionar tipos e quantidades de formação conforme as necessidades do mercado de trabalho nas diversas regiões do Estado.

Art. 38 — Procurar-se-á, na organização do sistema de formação profissional, atender a necessária articulação entre as fases terminais do ensino fundamental e do colegial, a fim de garantir amplas oportunidades de extensão da escolaridade.

Art. 39 — A fim de prover as condições necessárias à modernização do ensino, serão criados em cada região do Estado do Paraná, centros regionais de educação, com as seguintes atribuições:

- assistência técnico-pedagógica aos estabelecimentos de ensino fundamental e colegial;
- avaliação de estabelecimentos e redes locais de ensino;
- programação de treinamento e aperfeiçoamento;
- elaboração de projetos especiais de educação;

Art. 40 — O Conselho Estadual de Educação será constituído por 21 membros nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notável saber e experiência, em matéria de educação.

Parágrafo Único — Entre seus novos membros deverão incluir-se preferencialmente os Reitores das Universidades Estaduais.

Art. 41 — O Poder Executivo providenciará, no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado, dos ante-projetos de leis complementares que se fizerem necessárias.

Parágrafo Único — Até que se complete, através de lei, decretos e resoluções, a composição das normas que constituirão o Sistema Estadual de Ensino, prevalece, no que não conflitarem com esta Lei, as disposições da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964.

Art. 42 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1971.

a) Dep. Cândido Martins de Oliveira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 18/71

SÚMULA: Propõe um Sistema de Educação para o Estado

AUTOR: Dep. Cândido M. de Oliveira

O ilustre deputado Cândido M. M. de Oliveira, aliando sua condição atual de Deputado e a de ex-Secretário da Pasta da Educação, área político-administrativa que dirigiu por dilatado espaço de tempo com invulgar brilho e descortino, propõe à Casa o que se poderia denominar de Lei Orgânica do Ensino Paranaense.

O Projeto submetido a esta Comissão seguiu em diligência junto ao Conselho Estadual da Educação, por força de requerimento do então relator, nobre Deputado Odilon Reinhardt.

Atendida a solicitação, passou a integrar o processado o parecer de n.º 62/71 daquele prestigioso Conselho, de cujo contexto destacamos a seguinte passagem de grande significação:

"Assim, trata-se de um Projeto de Lei bem estruturado no que tange a sua originalidade com propósitos de reconstituir o Ensino em nosso Estado, dando-lhe a flexibilidade que o País procura para seus sistemas e propiciar uma ampla e cabal oportunidade a todos os brasileiros, como preliminar para o desenvolvimento pleno do Brasil.

Com efeito, o projeto do deputado Cândido M. M. de Oliveira objetiva a substituição da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que de alguma maneira ainda disciplina o sistema estadual de ensino, por um diploma mais amplo e mais adequado às novas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, no setor da educação.

Aqui reside uma particularidade que bem merece destaque especial: a de que o projeto Cândido M. M. de Oliveira se antecipa à edição da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, em vários meses, o que atesta o conhecimento de causa do brilhante legislador e a sintonia mantida com os escalões superiores da administração e política educacional brasileira.

Além destes aspectos altamente convincentes do conteúdo da iniciativa, deve ressaltar-se a plena compatibilidade com os permissivos constitucionais e legais, no que se relaciona com a iniciativa, tempestividade e forma procedimental.

Opino pela aprovação integral do projeto.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Ovidio Franzoni

Basílio Zanusso

Erondy Silvério

Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 18/71

O Governo hoje se vê obrigado a enfrentar algo mais do que um desafio comum

O progresso científico, exige hoje reajustamentos importantes em muitas instituições.

Os sistemas de outrora foram superados, pois os sistemas educacionais, que antigamente eram estruturados de maneira a servirem a aristocracia e a classe média, foram estendidos mediante recursos públicos, a todas as crianças, em área que zelam por um ideal igualitário e a si próprias fixam impostos para que ele seja aplicado.

Como treinar, diferentemente, capacidades diferentes e como variar os currículos de modo a preparar a juventude para a vida adulta, em nossa complexa sociedade, são, contudo, problemas ainda por resolver.

Problemas semelhantes podem ser citados, relativamente ao conhecido atraso entre uma realidade alterada e a necessária adaptação de atos e dogmas.

Na intenção de tentativa de solução dos problemas aludidos é que encontramos a base do projeto de lei em questão.

Recebeu o mesmo projeto, parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo ainda recebido, em parecer exarado pelo Conselho Estadual de Educação, enclômas com relação ao mérito.

Esta Comissão de Instrução Pública, face ao exposto, entende merecer o projeto a devida aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972

aa) Antonio L. Júnior — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Arizone Araújo

Cândido M. de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 128/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, na cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1971.

a) Dep. Xenofonte Villanueva.

JUSTIFICATIVA:

Já está em funcionamento na referida Vila, uma extensão do Ginásio Estadual Presidente Kennedy, funcionando durante a noite e com 200 alunos matriculados.

Cumprir esclarecer que o Ginásio Estadual Presidente Kennedy é o único Estabelecimento de Ensino Médio da cidade e conta com o elevado número de 1.555 alunos.

O curso primário está atualmente com 4.088 alunos, donde se depreende a urgente necessidade da construção de um novo Estabelecimento de Ensino médio, a fim de acolher o incontestável aumento de matrículas daqueles que desejam continuar a estudar.

Ressaltamos que em entendimento com o atual Prefeito Municipal, Sr. Pedro Scomparim, constatamos a sua preocupação com o assunto e na intenção de encontrar uma urgente solução para o problema, compromete-se a Prefeitura Municipal de Rolândia, efetuar a compra de um terreno para doá-lo ao Estado, a fim de nele ser construído o estabelecimento em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 128/71

AUTOR: Dep. Xenofonte Villanueva

SÚMULA: Cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, no Município de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972.

PARECER

Segundo se depreende da justificativa, na Vila Oliveira, já se encontra funcionando no período noturno, com 200 alunos matriculados, funcionando na qualidade de extensão do Ginásio Estadual Kennedy.

Esse Ginásio Estadual, conta hoje com 1.555 alunos matriculados, estando com seus lugares todos tomados, enquanto que no curso primário estão matriculados 4.088 alunos, donde se conclui, evidentemente que para o próximo ano haverá grande procura de vagas e que os lugares que se vagarem por força de promoção de ano no atual ginásio, não terão condições de comportar a demanda.

Não conflita o presente projeto, com nenhum dispositivo legal ou constitucional.

Meta básica: EDUCAÇÃO

Face ao exposto,

Parecer Favorável

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovidio Franzoni

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 128/71

O Projeto de Lei em tela está devidamente justificado e de conformidade com o que prescreve o art. 123 e seus parágrafos do Regimento Interno.

Considerando justa e oportuna a iniciativa do ilustre autor do Projeto, pelo qual já se pronunciou favoravelmente a Douta Comissão de Constituição e Justiça, e entendendo não haver nenhuma implicação de ordem financeira que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

João Fadel

Antonio Lopes Júnior

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 128/71

O presente Projeto de Lei, visa a criação de um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, cidade de Rolândia.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

A iniciativa visa resolver problemas de regularização escolar, que gerará sem dúvida, desenvolvimento educacional para todo o Estado.

Esta Comissão, que aprecia o mérito de iniciativas desta natureza, em razão do acima exposto, opina favoravelmente.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Cândido M. de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 126/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 136/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao "Novo Jornal", editado em Londrina, pelo artigo publicado em seu número 54, sob o título "Paraná: aqui se constroí um deserto". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente ao Sr. Ministro da Educação, transmitindo apelo no sentido de que o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários designe, a Comissão de Verificação destinada ao reconheci-

mento oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Presidente do Banco Nacional de Habitação, no sentido de que seja examinada a situação das famílias que adquiriram casas no Jardim Eldorado e Araçá, em Paranaguá. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 91-70 e 33-72;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 18-71 e 128-71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 134-71, 248-71 e 282-71.
Levanta-se a Sessão.